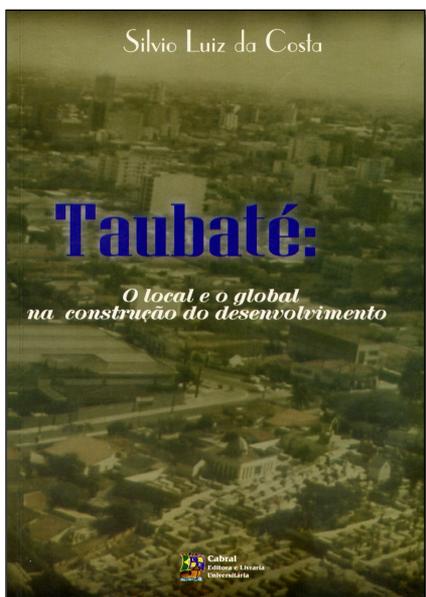


## Resenha

COSTA, S. L. *Taubaté: o local e o global na construção do desenvolvimento*. Taubaté-SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2005. 179 p.

## A continuidade do desenvolvimento dependente



Fabio Ricci<sup>1</sup>

Desenvolvimento é tema recorrente, principalmente em países de formação diversificada e desigual como o Brasil.

Ao se abordar o tema não há como escapar das referências cepalinas. Desde a sua organização pela ONU no pós-II guerra, suas propostas têm sido re-elaboradas e atualizadas, porém, não deixam de continuar sendo referência.

É o que observamos quando analisamos o livro *Taubaté: o local e o global na construção do desenvolvimento*.

O estudo mostra o processo e as conseqüências para Taubaté da política de incentivos promovida pelo poder público municipal para que unidades industriais se instalem no município.

---

<sup>1</sup> Doutor em História Econômica, professor do corpo permanente do Programa de pós-graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté.

Já na introdução percebemos a preocupação de definir desenvolvimento, numa clara menção de que a industrialização, por si, não oferece saída para todos os problemas, e que a mesma deve estar submetida a um processo de participação e capacitação da cidadania antes de qualquer outra condição.

Para tanto, Amartya Sen, economista indiano, prêmio Nobel de economia, com longa trajetória de trabalho junto a ONU, contribuindo para a elaboração do IDH- Índice de Desenvolvimento Humano, é utilizado como referência para definir a concepção de desenvolvimento e dar o fio condutor da análise crítica da obra.

Definindo as liberdades como substantivas e instrumentais, ou seja, a capacitação do cidadão de exercer a sua liberdade e os instrumentos institucionais que permitem sua expressão, retoma-se uma discussão secular, que nos remete às raízes da problemática da democracia representativa, discutidas por Tocqueville e Stuart Mill, no século XIX.

Sendo assim, mostra-se, no trabalho, uma perspectiva de análise do processo como mecanismo de ação social, com a perspectiva de desenvolvimento humano servindo de objetivo para o crescimento econômico, principalmente o industrial.

Infelizmente o caminho percorrido do crescimento econômico no município de Taubaté foi outro. O crescimento da produção foi acompanhado pela reprodução e ampliação das desigualdades sociais.

Este aspecto do processo já é indicado no capítulo I – Taubaté e o Vale do Paraíba no desenvolvimento industrial paulista, que traz uma síntese da história do município nos seus ciclos econômicos.

Taubaté é apresentada como uma cidade que possui uma dinâmica econômica própria desde os seus primórdios, mantendo relações comerciais e oferecendo seus produtos, principalmente ao Rio de Janeiro. Sendo assim, a centralidade econômica da cidade permite o seu contínuo crescimento, embora lentamente, mas sempre deixando a população às margens do desenvolvimento.

Quanto às indústrias, o autor observa que estas sempre tiveram incentivos municipais. Desde o início do século XX o município oferecia isenção de impostos municipais, intervenção junto a alfândega portuária para liberação de máquinas e isenção de direitos de impostos e doação de terrenos.

Com a política de desconcentração da metrópole paulista dos anos 1970, implementada pelo governo do Estado e da União, Taubaté consolida-se como cidade industrial, juntamente com a região do vale do Paraíba paulista.

Esse processo é indicativo da limitação das políticas municipais, pois o contexto econômico mais amplo é que foi o principal determinante.

Para destacar esse aspecto citamos do autor:

Nesse contexto de desconcentração industrial da RMSP e da interiorização da atividade industrial paulista, o Vale do Paraíba aumentou a sua participação na produção industrial do estado de 2,6% em 1950 para 7,9% em 1985, tornando-se um dos mais importantes 'implantes industriais do interior do estado', no qual se estruturou 'um parque industrial formado, principalmente, por subsidiárias de capital transnacional e por empresas estatais ligadas à produção aeronáutica, militar e de desenvolvimento tecnológico (p. 69).

Nesse sentido, embora com significativa produção de subsistência, a base produtiva sempre dependeu do capital e, principalmente, do consumo externo, para sua dinamização, mostrando uma integração e, ao mesmo tempo, submissão à dinâmica do capital externo à região.

Aqui podemos recuperar, tendo como base a teoria cepalina para conduzir a análise, Gunnar Myrdal e seus efeitos de circularidade cumulativa, não indicado pelo autor, mas implícita em sua análise, definindo a região como semi-periférica.

No capítulo II- A política de incentivos fiscais e a expansão industrial em Taubaté nos anos 90, Sílvio Costa prende-se às políticas de incentivos a partir do movimento de interiorização da indústria no Estado de São Paulo.

O Município já contava com lei de incentivo e de um Grupo de Expansão Industrial-GEIN desde 1970.

Nos anos 1990 esta legislação é re-elaborada, após a criação da lei orgânica e do plano diretor, sugerindo uma concepção abrangente de desenvolvimento, envolvendo vários setores de atividade, porém o poder público privilegiou o modelo de desenvolvimento econômico via industrialização. A novidade da legislação é a obrigatoriedade de submissão ao legislativo a aprovação das doações e demais benefícios, definida na lei orgânica.

O autor aponta como falha da legislação o não tratamento diferenciado para as pequenas e micro empresas, como prevê o artigo 128 da lei orgânica.

Há um item específico para o GEIN, que é responsável pela divulgação das potencialidades do município, em que destaca “a disponibilidade de mão-de-obra qualificada e barata na região”. Este aspecto mostra a continuidade da lógica de concentração da renda, uma vez que os resultados esperados são geração de empregos, aumento da receita do município e melhora da qualidade de vida, como se isto ocorresse automaticamente, sem políticas de direcionamento público.

Os terrenos são doados de forma que a sua utilização se adeque às certificações da norma ISO 14000, que trata do meio ambiente, o que aponta para a atração de empresas transnacionalizadas e com produção voltada para a inserção global.

Outro aspecto abordado é uma análise das áreas doadas em que efetivamente as empresas se instalaram. Das 160 doações de áreas feitas entre os anos de 1993 e 2000, apenas 16% estavam operando em 2001, enquanto outras ainda estavam em projeto após vários anos passados da doação, quando os contratos estabelecem seis meses para o início das obras. Constata-se bastante tolerância para as empresas e pouco resultado efetivo.

No entanto o uso político é amplo, sendo que propaga a indústria como única fonte geradora de empregos estáveis e bem remunerados. O apelo político foi utilizado intensamente nas eleições de 2000.

A conclusão é que a instalação da empresa depende mais da expectativa de mercado e da conjuntura econômica.

Além disso os empregos prometidos raramente são alcançados, a LG por exemplo, prometia 7000 empregos à época da doação, gerou cerca de 1000.

O autor conclui: “os muitos terrenos vazios existentes no distrito, alguns com obras iniciadas e há tempo abandonadas, indicam que os incentivos fiscais e a localização geográfica, que facilitaria o escoamento da produção, não garantem a instalação de novas empresas” (p.107).

A lógica do processo de produção atual (flexibilização, estágios, terceirização) leva à precarização do emprego com legalidade.

Constata também que a empresa nacional recebe menos incentivos que a empresa transnacional, esta gerando menos emprego e transferindo renda ao exterior. No distrito Una I foram gerados 1088 dos 3758 empregos previstos em 11 empresas. Gerados ao longo do tempo, com reinvestimento de lucro, ou seja, com recursos aqui obtidos.

No núcleo Piracagaguá I os processos de incentivos não foram suficientemente transparentes e prevaleceu o interesse das autopeças que para cá vieram por interesses das montadoras, ou seja, viriam de qualquer forma, mais em função do processo produtivo do que atraídos pelos incentivos. O distrito está mais densamente ocupado, possuindo mais empresas multinacionais e ajusta-se melhor aos novos modelos de gestão e logística (just-in-time) estando próximas às montadoras.

Quanto ao emprego, a pesquisa constata a transferência de funcionários vindos de outros locais para os melhores e mais bem remunerados cargos e foram gerados apenas 734 dos 2095 empregos previstos.

A conclusão é que a decisão dos investimentos de capital depende, principalmente, de fatores conjunturais internos e externos, que no Brasil se deu a partir de 1994, com a estabilização econômica e integração na liberalização dos mercados. Incentivos municipais consolidam fatores de vantagem quanto à dinamização da acumulação de capital e extração de excedentes.

No capítulo III- Dilemas do desenvolvimento em Taubaté: Conquistas, limitações e busca de alternativas o autor constata alguns avanços da política de desenvolvimento no município quanto aos fatores econômicos como o aumento nas receitas municipais como o índice de participação dos municípios no ICMS que passou de 0,42% para 0,87% ao longo da década de 1990.

Quanto aos investimentos concentraram-se nas empresas transnacionais, sendo que metade foram realizados pelas montadoras, fora das áreas dos distritos industriais.

O papel do Estado nesse processo é subsidiar o capital privado e limitar gastos no atendimento às necessidades populares.

Já os investimentos das corporações transnacionais definem-se em produzir onde os salários são baixos, as leis são generosas e auferir lucros onde os impostos são menores.

Outra consequência constatada é que os empregos gerados são caros pois envolvem investimentos em tecnologia de ponta, gerando poucos postos de trabalho. Isto resulta no fato de todo o incentivo dado nos últimos anos ter apenas conseguido manter os postos de trabalho na indústria, sendo que o setor de serviços experimentou ampliação.

A instalação de muitas empresas do setor automobilístico torna o município refém das oscilações de mercado.

Caracterizando Taubaté como semiperiferia, a consequência do processo foi o desenvolvimento no mundo da produção e o sub-desenvolvimento no mundo da população.

Neste ponto o autor retoma a referência do modelo de desenvolvimento debatida por Sen apontando as garantias de transparências como fator principal para a implementação das políticas públicas e da superação do paternalismo e clientelismo político presente na política e sociedade taubateana. Aponta a histórica coerção sobre a imprensa livre pelo poder público, a falta de transparência e informações do GEIN como limitadora da dinamização da negociação com as empresas e a falta de atualização da legislação sobre a ocupação do espaço.

Para enfrentar essa situação propõe um “desenvolvimento endógeno, potencializador das vocações locais, capaz de aproveitar positivamente as condições externas, criando um mínimo de autonomia que permita uma maior independência ante as oscilações do mercado externo” (p. 154).

Para isso é necessária a “ participação da sociedade civil organizada na definição e implementação de uma estratégia própria de desenvolvimento” (p. 154).

Essa participação é o fator endógeno determinante e deve ser incentivado pelo poder público.

Nesse sentido o poder público deve assumir a articulação entre empresas e sociedade civil, potencializando a difusão do saber criando um padrão de competitividade sistêmica, capaz de dar sustentabilidade ao processo de desenvolvimento.

O imaginário social que associa emprego metalúrgico nas montadoras às garantias de uma certa estabilidade profissional é incentivado pelo poder público e objeto de disputas eleitorais, obscurecendo outras alternativas como turismo, serviços, comércio, etc.

Os incentivos destinam-se quase que exclusivamente às empresas vindas de fora. Faltam incentivos à micro-empresa (grande empregadora), valorizar a riqueza histórica e cultural da cidade. Sendo assim, participa de um processo de periferização das atividades industriais somando a dinâmica local municipal com ofertas e incentivos para atração de empresas.

As considerações finais indicam que:

- A globalização é o processo em que as empresas transnacionais, utilizando-se de novas tecnologias da informação e dos meios de transporte, condiciona os governos locais a adotarem as políticas que lhes convém, ou seja, redução de custos em fatores como matéria-prima, mão-de-obra e conquista de novos mercados;

- As políticas de interiorização da indústria no Estado de São Paulo, promovidas desde os anos 1950 credenciou Taubaté a receber estas unidades transnacionais nos seus distritos, especialmente as autopeças, vinculadas às montadoras de veículos;
- Isso torna o município vulnerável às crises setoriais, o que já ocorrera com o café no século XIX e com o setor têxtil na primeira metade do século XX;
- Os investimentos em Taubaté contribuíram para reforçar a ascensão da participação da economia da região administrativa de São José dos Campos na produção industrial nacional;
- O desenvolvimento industrial da região concentra-se entre Jacareí e Pindamonhangaba, caracterizando uma semi-periferia, ou seja, periferia em relação ao centro dinâmico e centro em relação aos municípios do entorno.

Por fim, o autor pontua que a industrialização é um processo, que pode ou não levar ao desenvolvimento. No caso de Taubaté reproduziu a relação anterior de concentração da renda.

Aponta, por sua vez, ser necessário construir o desenvolvimento a partir das alternativas locais, aproveitando as condições externas sem subordinar-se às condições do capital global, e que há confluência de fatores globais e locais na expansão industrial verificada nesta localidade, excludente dos interesses maiores das condições de vida da população.